



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

Mudanças Familiares e Educativas no Meio Rural

*Manuela Benvinda Vieira Gomes Cachadinha **

Introdução

Esta comunicação pretende dar a conhecer alguns dos resultados a que se chegou no decorrer de um trabalho de investigação sociológica sobre a educação e a família no meio rural actual.

O trabalho de campo foi realizado na área geográfica do Alto Minho (distrito de Viana do Castelo).

Verificou-se que a estrutura familiar e a educação das crianças e jovens estão em rápida e profunda transformação nos meios sociais estudados.

É de salientar a tendência generalizada para a nuclearização cada vez maior das famílias a par da diminuição do número de filhos por agregado familiar, tal como aconteceu nos meios mais urbanizados nas últimas décadas.

É notória a influência da educação escolar na vida das crianças e jovens. Deve, contudo, dizer-se que, apesar do alargamento da escolaridade básica e do aumento da frequência de cursos de formação profissional por parte dos jovens, a transmissão de saberes e profissões através da educação familiar ainda não desapareceu completamente. Há saberes que continuam a transmitir-se de geração em geração, de pais para filhos. Ainda se aprende através da experiência e da observação directa da prática de outrem que está próximo (refiro-me, sobretudo, a saberes ligados à agricultura e à pesca artesanal).

Deve referir-se que em diversas profissões, até há pouco tempo profundamente tradicionais, começa a tornar-se essencial a posse de um diploma escolar para o seu exercício. Apesar deste requisito formal, a experiência empírica da actividade continua a ser considerada fundamental para qualificar a competência profissional.

Transformações nas funções da família

Sabemos que a família sofreu transformações ao longo da história, transformações essas que estiveram intimamente relacionadas com as modificações na estrutura da sociedade global.

O meio social estudado está hoje em profunda transformação e as famílias observadas nesse meio estão a modificar-se, tal como há décadas vem acontecendo nos meios urbanos.

Actualmente, verificamos que a escola, o Estado e até as empresas desempenham determinadas funções que, em épocas anteriores, eram da competência da família, sobretudo da denominada família extensa. Nos nossos dias surgem e proliferam estruturas de apoio às crianças e jovens capazes de satisfazer necessidades antes solucionadas pelo meio doméstico.

A tendência para uma espécie de esvaziamento de algumas das funções anteriores da família não nos permite concluir que a instituição família se encontra em decadência.

Relembrando alguns dos trabalhos de Talcott Parsons sobre a família, pode dizer-se que assistimos ao “começo da relativa estabilização de um novo tipo de estrutura familiar numa nova relação com uma estrutura social geral, em que a família está mais especializada do que antes, mas não em nenhum sentido geral menos importante, porque a sociedade depende mais

exclusivamente dela para a realização de certas das suas funções vitais”.^[1]

Uma das funções estratégicas da família é, certamente, gerar novas pessoas e assegurar condições sociais e emocionais necessárias ao desenvolvimento dos indivíduos. Trata-se do apoio vital para uma eficaz socialização das crianças e de uma das bases importante para o equilíbrio emocional dos adultos.

Retomando a perspectiva de T. Parsons, o funcionamento da actual sociedade, cada vez mais urbana,

no qual o sistema das profissões é fundamental, exige um tipo de família com grande mobilidade

espacial e mesmo social.^[2] Este tipo de família nem sempre é compatível com uma rede estreita de laços de parentesco entre a família de orientação (a de pertença inicial) e a família de procriação (aquela que se funda através do casamento ou depois de sair da casa dos pais). Neste contexto, a família típica das sociedades urbanizadas seria a família nuclear tendencialmente isolada.

Contudo, a tese sobre a tendência para o desaparecimento da família alargada acabou por suscitar numerosas reacções contrárias e estudos pondo em relevo o papel das relações familiares nas sociedades urbanas. Numerosos inquéritos, sobretudo feitos nos Estados Unidos, mostraram a existência de ligações frequentes entre membros de uma mesma família alargada, ainda que eventualmente dispersa por famílias nucleares espacialmente afastadas. Nestes casos, as ligações familiares traduzem-se, sobretudo, em práticas de entreajuda de várias espécies (financeira, emocional, etc.). As reuniões de família e as visitas entre parentes em ocasiões festivas fazem parte do processo de conservação dos laços de intimidade familiar, processo este que constitui um ponto de apoio aos sistemas de entreajuda. Os referidos contactos e os sistemas de entreajuda verificam-se, mais frequentemente, entre pais e filhos e entre parentes próximos (irmãos). A observação da realidade social nas aldeias da área geográfica estudada permitiu verificar que a dimensão média das famílias de agricultores e pescadores tende já a aproximar-se da dimensão média das famílias urbanas. Verifica-se uma tendência para a diminuição do número de filhos por casal. Porém, continuam a predominar as famílias constituídas por marido, esposa e, pelo menos, dois filhos. A proximidade espacial das residências dos pais e irmãos dos novos casais que conseguem permanecer na aldeia de origem e a manutenção de diversos sistemas de ajuda entre os elementos dos diferentes núcleos familiares vizinhos denota que a tradicional família extensa ainda não se extinguiu completamente.

Contudo, é de salientar que os sistemas de solidariedade e de entreajuda familiar apresentam uma importância estratégica, sobretudo, nos estratos sociais mais baixos. Nas camadas sociais mais baixas a entreajuda assume essencialmente a forma de prestação de serviços e apoio em fases de crise.

A estrutura da família contemporânea

A teoria de Parsons segundo a qual a família ocidental contemporânea, nos países desenvolvidos, é uma família nuclear separada do resto dos parentes, na qual os papéis estão perfeitamente definidos,

foi largamente criticada por diversos autores.^[3] Contudo, é claro que nos diferentes países implicados no processo de industrialização e terciarização, a família nuclear, como estrutura de convivência estável, difundiu-se rapidamente.

Actualmente, vulgarizam-se diferentes tipos de estrutura familiar nuclear e diferentes concepções de família. De um modo geral, entende-se por família nuclear um grupo restrito de pessoas unidas entre si por laços de parentesco e afinidade, grupo esse que partilha uma residência habitual e que tem um orçamento comum pelo menos para parte das receitas e despesas destinadas à satisfação das necessidades essenciais. Sob os pontos de vista jurídico e fiscal podem surgir concepções diversas de família em função dos próprios países.

Apesar de todas as dificuldades que apresenta a definição sociológica do conceito de família, é possível notar algumas tendências gerais relativamente à transformação da estrutura e às dimensões das famílias, durante as últimas décadas nos denominados países industrializados ocidentais. Atendendo à obra de Chiara Saraceno sobre Sociologia da Família, “o primeiro dado a notar é que desde o fim da Segunda Guerra Mundial até hoje houve uma acumulação e um cruzamento de fenómenos e tendências diversas. Assistiu-se particularmente a um aumento do número das famílias, superior ao aumento da população, a uma redução da dimensão das próprias famílias e finalmente a uma diferente distribuição percentual dos vários tipos de estrutura familiar, quer a valor da conjugal-nuclear, quer da unipessoal, quer ainda da monogenitorial, em detrimento da família extensa e múltipla. Estes fenómenos são a consequência tanto de comportamentos individuais e familiares como

de processos demográficos diversos.”^[4] O referido crescimento do número de famílias deve relacionar-se com alterações de carácter socioeconómico e, particularmente, com a melhoria das condições de saúde das populações que implicou o aumento da esperança de vida.

Retomando a obra de Chiara Saraceno deve referir-se que “também a redução das famílias extensas contribui, embora em menor escala, para este aumento do número de famílias, na medida em que o modelo da família conjugal neolocal se difunde tanto entre os casais novos, que procuram arranjar casa por conta própria, como entre os próprios idosos, que preferem ter uma casa própria, ainda que perto da dos filhos. Deste ponto de vista, a redução das famílias extensas assinala uma modificação no ciclo de vida familiar, na fase de formação de um novo núcleo, como na

fase de conclusão do núcleo idoso: mais casais iniciam a sua vida familiar sozinhos, do ponto de vista da convivência, e mais idosos terminam a sua história familiar e pessoal vivendo por sua conta própria. Também as separações e divórcios, dando vida a novas formas de convivência dos membros

da família assim desmanchada, contribuem para esta nova distribuição das estruturas familiares (...).^[5] Nos estudos recentes dos núcleos familiares tem despertado especial interesse o desenvolvimento crescente, nos países industrializados, dos núcleos que têm um único progenitor. Os dados da Comunidade Europeia indicam que, nos vários países que a constituem, o referido tipo de família está realmente a expandir-se e que, na maioria destas situações, o progenitor presente é a mãe. Como factores explicativos do aumento deste tipo de família são geralmente apontados o divórcio, a viuvez, a separação e a procriação fora do casamento. Este fenómeno tende a transformar-se num novo problema social pelas implicações que tem ao nível da organização social e do próprio desenvolvimento socioafectivo das crianças e adolescentes.

O tipo de família anteriormente mencionado, frequentemente, dá lugar a um outro que é o das denominadas famílias “reconstruídas” nas quais duas pessoas provenientes (ambas ou uma só) de outro casamento vivem em conjunto com os filhos desse anterior matrimónio e mesmo com

filhos nascidos do novo matrimónio.^[6]

Assim, surgem novos problemas na delimitação das próprias estruturas familiares e mesmo novos problemas nas relações entre as pessoas com implicações sociológicas que merecem estudos aprofundados.

Para além das estruturas familiares atrás referidas poder-se-ia também considerar as denominadas “convivências” e “comunidades”, como, por exemplo os lares da terceira idade. Contudo, não foi sobre elas que incidiu o presente trabalho, apenas por razões operatórias.

A estrutura das famílias ligadas à pesca artesanal

Quanto às famílias cuja principal actividade e fonte de rendimentos é a pesca artesanal deve começar por se dizer que elas são cada vez em menor número, na área geográfica estudada. Esta diminuição relaciona-se certamente com a própria crise económica que se vive no nosso sector das pescas e com a decadência que se verifica em muitas actividades artesanais. Segundo os próprios pescadores a pesca artesanal deixou de ser rentável devido ao predomínio da grande indústria pesqueira quanto às capturas de pescado e quanto à competitividade dos preços praticados e devido também à crescente escassez de pescado na orla marítima (até mais ou menos 1500 metros da costa).

A dimensão média actual do agregado familiar piscatório é de cerca de 4 elementos. Sabemos que no passado a referida dimensão foi bastante superior.

A estrutura tradicional destas famílias é constituída por um pai pescador, uma mãe vendedora de pescado, pelo menos um dos filhos ou genros que é um jovem pescador e pelo menos uma filha que também colabora na empresa familiar trabalhando no arranjo das *artes* de pesca. A divisão das tarefas e dos papéis encontra-se bem definida mesmo quando existem mais de dois filhos ou filhas na família.

Presentemente, em todas as famílias piscatórias estudadas as crianças em idade escolar frequentam a escola.

Geralmente e tradicionalmente, as crianças que apresentam maiores dificuldades de integração na escola e maior insucesso escolar são as que estão “predestinadas” para dar continuidade à actividade dos pais. Os rapazes virão a ser pescadores e as raparigas tem muitas possibilidades de vir a dedicar-se à venda de peixe tal como as mães.

Estabelece-se uma espécie de círculo vicioso constituído por insucesso escolar nos primeiros anos do ensino primário, aumento da participação nas actividades domésticas e familiares, incremento do insucesso escolar, abandono da escola após o ensino básico ou ainda antes e entrada precoce na vida activa através do trabalho na empresa familiar.

Quando as crianças destas famílias ficam retidas mais do que um ano escolar numa classe (actualmente, fase) do ensino primário é vulgar os pais afirmarem que elas “não dão nada na escola (...) é melhor virem para casa ou irem trabalhar”.

A escola é encarada sobretudo como um meio de deixar o trabalho da pesca que é considerado “duro”. Porém, logo que os primeiros sinais de insucesso se manifestam, os pais apressam-se a integrar mais a criança naquilo que consideram que virá a ser o seu futuro trabalho.

Pode dizer-se que é vulgar constituírem-se variantes da família alargada tradicional ao nível dos bairros de pescadores. A proximidade espacial das residências dos novos núcleos familiares dos filhos que contraem matrimónio (sobretudo daqueles filhos que herdaram a profissão dos pais) e o estreito contacto diário que é mantido entre pais e filhos (mesmo estando estes já casados), em termos de trabalho e em termos de relações de entajuda familiar na organização das tarefas

domésticas, permitem afirmar que há um restar informal da família extensa. Na área geográfica estudada, a actividade principal das famílias ligadas à pesca artesanal é constituída pela variante da pesca costeira (marítima). Contudo, em determinadas épocas do ano, sobretudo no período que vai dos meados do Outono até meados da Primavera, o trabalho é frequentemente reorientado para a pesca fluvial. Esta reorientação da pesca marítima para a pesca fluvial prende-se quer com as más condições climatéricas verificadas geralmente entre Outubro e Abril que não favorecem a pesca costeira quer com a maior abundância de determinadas espécies piscícolas (com maior valor económico no mercado) na referida época do ano, nos rios da região. O ritmo de trabalho diário das famílias piscatórias organiza-se em três períodos cíclicos. O primeiro é o da saída para a pesca que geralmente acontece nas primeiras horas do dia (madrugada, alvorada). O segundo é o regresso da faina e o da venda do pescado na lota, na praia ou no cais que ocorre normalmente durante a manhã. O terceiro período é a da preparação das artes (redes, cestos, anzóis, etc.) para as actividades do dia seguinte que ocorre sobretudo durante a tarde. O referido ciclo repete-se quotidianamente desde meados da Primavera até meados do Outono. Nos outros meses a rotina diária é frequentemente quebrada devido às difíceis condições atmosféricas e marítimas que obrigam a longos períodos de quase inactividade. É durante estes períodos de inactividade piscatória que surgem as maiores crises nestas famílias quer por que as dificuldades económicas se acentuam quer por que existe uma necessidade de adaptação forçada a novas actividades (biscates) ocasionais. Esta adaptação forçada provoca instabilidade e convulsões na estrutura familiar.

Detectaram-se casos de famílias monogenitorias ligadas às actividades piscatórias. Estas são constituídas, na sua maioria, pela mãe (varina) e filhos. Ao nível destas famílias a ausência do pai é explicada pela emigração em primeiro lugar, por falecimento em segundo lugar, e pela separação/divórcio em último lugar.

A estrutura das famílias ligadas às actividades agrícolas

Já diversos autores se debruçaram sobre o fenómeno relativo ao decréscimo da população agrícola e sobre a tendência para o desaparecimento do campesinato tradicional. Contudo, atendendo a alguns trabalhos recentemente publicados, deve dizer-se que à referida extinção se encontra subjacente a realidade da sua reconversão e o incremento da prática da denominada agricultura a tempo parcial por parte de famílias de origem rural. “À visão sociológica do desaparecimento do campesinato como grupo social organizado, vai suceder a constatação da sua sobrevivência transmutada (pelo menos, para uma parte) num grupo que, trabalhando a tempo parcial na agricultura, acumula com o trabalho na fábrica, na oficina ou no estaleiro. Trata-se do semiproletariado que vários estudos recentes analisam, e cuja especificidade sociopolítica e cultural têm procurado tornar perceptível, sublinhando a forma como a *articulação do trabalho exterior e do trabalho agrícola constitui condição de sobrevivência do agregado doméstico que por ambos repartem as suas capacidades*” [7]

A observação da realidade social predominante nas aldeias da área geográfica de que nos ocupamos permitiu constatar a importância e o peso económico e sociológico da agricultura a tempo parcial.

Verifica-se, de facto, uma diminuição acentuada do número de famílias que vivem exclusivamente da agricultura. Este decréscimo é geralmente atribuído, pelas próprias populações locais, à actual falta de rentabilidade económica das actividades agrícolas tradicionalmente praticadas na região.

A análise da estrutura social das famílias que vivem nas aldeias que no passado foram camponesas, leva-nos a concluir que na maioria desses núcleos familiares existe pelo menos um elemento que exerce a sua actividade profissional principal fora do sector agrícola e, mesmo, fora da aldeia onde reside. Isto contraria a lógica da tradicional autarcia camponesa e indicia a tendência, cada vez mais acentuada para a abertura social, cultural e espacial do meio rural. Apesar da referida transformação na organização social rural, deve dizer-se que se mantêm as pequenas propriedades familiares e os “quintais” adjacentes às residências. Ou seja, no património das famílias que residem nas aldeias (mesmo no das que trabalham fora) existe normalmente um terreno que é cultivado sobretudo para autoconsumo.

A estrutura familiar predominante é a da família nuclear constituída por pai, mãe e pelo menos dois filhos. Nos casais com menos de 30 anos é frequente a existência de um único filho.

Foi possível detectar a existência de famílias monogenitoriais constituídas, sobretudo, por mãe e filhos. Também nestes casos a ausência do pai é devida à emigração, em primeiro lugar, a falecimento, em segundo lugar, ao divórcio, em terceiro lugar e à procriação fora do casamento, em quarto lugar. Presentemente, sobretudo nas famílias cujos cônjuges têm menos de 45 anos de idade, é frequente o marido e a esposa exercerem as respectivas actividades profissionais fora de casa. A visão tradicional do papel da mulher rural desta área geográfica está a alterar-se. Sabemos que, no passado, as

actividades domésticas e a agricultura eram as ocupações predominantes das camponesas minhotas. Hoje, as mulheres, mesmo as que residem em zonas rurais, já trabalham vulgarmente em fábricas ou em serviços tal como o fazem os homens. A diferenciação rígida dos papéis sociais e profissionais em função do sexo está a esbater-se tal como acontece nos meios mais urbanizados. Deve referir-se, todavia, que a agricultura a tempo parcial praticada nos “quintais” e nas pequenas propriedades familiares é, sobretudo, obra de mulheres se bem que não esteja vedada aos elementos do sexo masculino. A estes são atribuídas, fundamentalmente, determinadas tarefas bem específicas como, por exemplo, a poda de árvores e arbustos e o manejo de determinadas máquinas agrícolas.

A agricultura a tempo parcial é entendida como um complemento importante do rendimento do agregado familiar e como ajuda na economia doméstica. Através dela as famílias abastecem-se, sobretudo, de legumes e de fruta que de outra forma teriam que ser comprados no mercado. Presentemente, começa a proliferar também um outro tipo de agricultura a tempo parcial cujos produtos se destinam ao mercado. Este é o caso, por exemplo, da fruticultura em pomares tratados a tempo parcial.

Quando inquirimos sobre as formas de aprendizagem das tarefas executadas nos campos e nas estufas, a maioria dos entrevistados foi unânime no tipo de resposta. A referida unanimidade liga-se à importância que é atribuída à observação feita, na infância e na juventude, do trabalho dos familiares mais velhos (sobretudo, dos pais e avós) e à experimentação das mesmas actividades que conduziu, em determinados casos, à reformulação de alguns processos e técnicas de trabalho. Salienta-se aqui também a importância dada à introdução de determinadas máquinas e produtos que vieram facilitar a execução de diversas tarefas agrícolas.

As crianças e adolescentes filhos destas famílias rurais e semi-rurais frequentam a escola e, na sua maioria, afirmam não querer dedicar-se à agricultura no futuro profissional. Contudo, o seu contributo para a sobrevivência da agricultura a tempo parcial não deve ser negligenciado. Mesmo quando não colaboram directamente, manejando o sacho ou o tractor, elas efectuam determinadas tarefas domésticas (sobretudo a partir dos 10/11 anos) por forma a que os progenitores (especialmente as mães) possam ter tempo para se dedicarem à prática agrícola após a jornada de trabalho na indústria e/ou nos serviços. É frequente, sobretudo, as raparigas da área estudada colaborarem no arranjo da casa, na preparação das refeições da família e mesmo na criação de animais domésticos existentes para autoconsumo. Nestes casos, não pode falar-se de um alheamento das crianças e jovens da família face às actividades agrícolas pois, em todas as situações observadas, as crianças com quem falamos conseguiram referir e mesmo descrever com algum pormenor as actividades desenvolvidas pelos pais relativamente ao cultivo da terra.

Desde há já algumas décadas que, no nosso país, se verifica a tendência para o declínio da agricultura camponesa tradicional. A imperiosa modernização que se exigiu aos agricultores, sobretudo nos últimos 20 anos, está também actualmente posta em causa. Após a nossa entrada na União Europeia a problemática agrícola complexificou-se ainda mais. É, sem dúvida, difícil tentar fazer previsões objectivas quanto ao futuro dos agricultores portugueses.

A família, a escola e a transmissão dos saberes

Seleccionamos como objecto privilegiado de estudo dois grupos populacionais ligados a duas actividades tradicionalmente praticadas na área geográfica em estudo. Trata-se, como dissemos, de populações ligadas à prática da pesca artesanal e às actividades agrícolas.

A observação permitiu concluir que a escolaridade obrigatória é actualmente frequentada pela generalidade das crianças integradas nas populações estudadas. A frequência da referida escolaridade é feita predominantemente em escolas do sistema de ensino estatal embora existam na zona instituições do ensino particular.

A generalização da educação escolar básica deve relacionar-se não apenas com a expansão da oferta por parte do sistema de ensino oficial, verificada sobretudo a partir da década de setenta, mas também, com a diminuição da resistência das populações face à escolarização.

O decréscimo das taxas de analfabetismo nas últimas décadas, no país e sobretudo no distrito em análise é um indicador das citadas mudanças na situação do sistema de ensino e nas reacções

das populações face ao mesmo. ^[8]

Segundo J. Madureira Pinto “a penetração da escola nos campos terá de ser encarada (...) como um momento -- para alguns mesmo um momento privilegiado -- da subordinação das colectividades camponesas à “sociedade englobante”, momento esse que se traduz, no plano ideológico, pela adopção/adaptação de um conjunto de referências e operadores característicos das culturas dominantes de sede urbana e, no plano da reprodução da base económica da sociedade, pela generalizada aprendizagem do conjunto de saberes capaz de garantir a constituição de um

"exército industrial de reserva", mobilizável, a todo o momento com um mínimo de eficácia".^[9]

A análise da organização da vida familiar, das aspirações profissionais e da trajectória escolar dos filhos (as) das famílias ligadas às actividades tradicionais acima mencionadas pôs em relevo a crescente valorização que começa a ter a posse de determinados diplomas, sobretudo dos que habilitam para o exercício de profissões diferentes das que tradicionalmente foram e são praticadas pelas famílias de origem. Ou seja, a grande maioria dos filhos dos pescadores não quer vir a ser pescador e os filhos das famílias cuja principal actividade é a agricultura não querem vir a ser agricultores. Contudo, as referidas vontades relativamente ao futuro profissional nem sempre se realizam, sobretudo nos subgrupos de famílias de agricultores e de pescadores que apresentam maiores carências em termos socioeconómicos e em termos de escolarização dos pais e que são também os que apresentam uma organização social familiar mais próxima do "modelo

camponês tradicional".^[10] Nestes subgrupos era e é vulgar a transmissão dos saberes profissionais dos pais para, pelo menos, um dos filhos.

A especificidade do estilo de vida, da organização familiar e mesmo dos horizontes sociais dos mencionados subgrupos de famílias leva a que, frequentemente, todos os elementos do agregado familiar colaborem na actividade basilar da "casa" e que é também uma fonte de rendimentos. Os tempos extra-escolares das crianças e dos adolescentes pertencentes às famílias atrás referidas continuam a ser ocupados com tarefas de "cooperação doméstica". Estas actividades continuam (tal como outrora) a ser encaradas como uma espécie de obrigação dos filhos. O contacto directo das crianças com o trabalho dos pais proporciona que, já na adolescência, os filhos sejam considerados como uma espécie de "ajudantes" dos pais nas respectivas profissões. Esta situação doméstica coexiste com uma outra que acontece, frequentemente, na escola: a generalidade dos casos das crianças e adolescentes que declara ajudar profissionalmente os pais, com regularidade, apresenta ou apresentou aquilo que se denomina "insucesso escolar" (classificações escolares negativas e / ou permanência no mesmo ano escolar mais do que um ano lectivo). O facto referido revela, entre outras coisas, que existe uma dificuldade global, naqueles grupos etários, em conciliar o sucesso escolar com o sucesso na recepção dos saberes profissionais tradicionais e familiares. Por outras palavras, revela-se complexo para as crianças e adolescentes articular a cultura escolar com a cultura do seu meio familiar.

É oportuno recordar aqui as palavras de J. Madureira Pinto quanto à problemática da escolarização nas sociedades nas quais ainda predomina a economia camponesa. "Assim, por razões ligadas à específica racionalidade económica camponesa, a qual se orientará neste aspecto por considerações baseadas no "custo de oportunidade" da educação formal, o intenso recurso ao trabalho de âmbito familiar torna as crianças indisponíveis, pelo menos em grande parte do período escolar, para a regular frequência das aulas e conduz, ainda que a barreira da matrícula seja ultrapassada, a

elevadas taxas de absentismo (sazonal, sobretudo) e de desistência".^[11]

"De facto para as crianças camponesas, o processo de aprendizagem pré e extra-escolar -- muito ligado às tarefas agrícolas, como se sabe -- desenvolve-se num contexto físico onde escasseiam as marcas objectivadas do capital cultural com maior rentabilidade relativamente aos critérios convencionais da "excelência escolar" (livros, máquinas, monumentos, mensagens dos *mass media*,

etc. (...)"^[12]

O que o citado autor salienta relativamente às crianças camponesas pode, em nosso entender, dizer-se também em relação às crianças provenientes dos meios piscatórios tradicionais pois se aquelas vivem um processo de aprendizagem pré e extra-escolar muito ligado aos trabalhos agrícolas, estas vivem um processo semelhante muito ligado às tarefas marítimas. Em ambas as situações o trabalho extra-escolar vai ter consequências ao nível do aproveitamento escolar.

Não é difícil detectar o fosso existente entre a cultura que é transmitida e exigida pela e na escola, tal como ela se encontra estruturada, e a cultura tradicional que ainda continua a ser veiculada pela família. Os programas e os currículos escolares existentes, concebidos de forma massiva e unificada em função de uma cultura do tipo urbano, não contemplam a especificidade sociológica e cultural das crianças e adolescentes provenientes do mundo rural e piscatório.

A escola pretende que as crianças adquiram saberes gerais, conhecimentos essencialmente abstractos que são resumidos em determinadas proposições apresentadas em compêndios e manuais, proposições essas que apenas enunciam determinados conteúdos. As famílias mais integradas na cultura tradicional valorizam sobretudo o saber prático e específico adquirido através da experiência e da aprendizagem de determinados automatismos.

Deve dizer-se que a maioria das crianças e adolescentes, dos meios sociais estudados, que apresenta insucesso escolar continua a declarar que não pretende vir a ter a profissão dos pais não obstante já estar a ser "treinada" para o exercício da mesma. A citada rejeição não implica um maior empenho na escola pois o desinteresse em relação à mesma afirma-se não só através dos resultados escolares mas também (e sobretudo) através das palavras.

A análise da trajetória de vida de um grupo de jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, provenientes de famílias piscatórias e agrícolas e que na adolescência também tiveram insucesso escolar permitiu verificar que a rejeição declarada em relação à profissão dos pais não impediu que, num determinado momento das suas vidas, esta profissão fosse praticada como um último recurso para a obtenção de rendimentos. Esse momento coincidiu essencialmente com o do pós abandono da escola.

Raul Iturra no seu Ensaio de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar analisou de forma clara a situação do insucesso escolar em meio rural. “O objecto da escola é fornecer os elementos universalizantes da memória social, mas não os detalhes técnicos específicos com que as pessoas sabem trabalhar. Este saber ficou entregue à iniciativa do próprio grupo doméstico e da observação que as crianças fazem do trabalho dos adultos (...). Os programas escolares ocupam-se com o ensino das técnicas que homogeneizam a base da compreensão de uma parte do real gráfico e o cálculo (...). A aprendizagem e o ensino das actividades reprodutivas, especificamente a rural, está nas mãos do próprio grupo produtor. A prática deste conhecimento está tão ligada à vida dos sujeitos que acaba por ter primazia sobre aquele que se estima ser o saber oficial. É este facto que, a meu

ver, contribui para o fenómeno que me preocupa na minha pesquisa, o insucesso escolar”.^[13]

Raul Iturra refere-se especificamente ao insucesso escolar e à transmissão dos saberes em meio rural. A observação que foi feita em meio piscatório permite-nos dizer que também a transmissão dos saberes relativos às actividades da pesca está nas mãos dos próprios pescadores. A prática destes conhecimentos artesanais tem a primazia sobre aquele que se estima ser o saber oficial (escolar). Este primado do saber prático artesanal sobre a própria escola constitui certamente uma das explicações para o próprio insucesso escolar dos filhos das famílias “piscatórias”.

Deve dizer-se que na área geográfica que foi o nosso campo de observação existem, já há alguns anos, cursos técnico-profissionais ligados à pesca e à agricultura, cursos esses ministrados em escolas oficiais. Contudo, após termos inquirido os jovens, com menos de 30 anos de idade, que hoje trabalham na agricultura e/ou nas pescas pudemos concluir que os saberes tidos como essenciais nas respectivas actividades lhes tinham sido transmitidos no seio do grupo doméstico e / ou na comunidade local (vizinhança).

O que acabei de referir não é incompatível com a crescente valorização dos diplomas escolares por parte dos jovens. A posse do diploma constitui para estes uma espécie de promoção social e uma forma de prestigiar oficialmente a profissão. O diploma adquire também uma importância prática quando se pretende ter acesso a um emprego numa empresa não familiar. Deve dizer-se, porém, que a maior parte dos jovens que ainda se encontram ligados às actividades em questão faz agricultura e/ou pesca predominantemente na terra e / ou barco da própria família.

No caso específico dos jovens ligados à pesca existe um subgrupo bem diferenciado que é constituído por aqueles que embarcam durante longos períodos (geralmente de 3 a 6 meses) em navios pesqueiros que “fainam” no alto mar e nas costas de outros continentes que não o Europeu.

É importante dizer que o mencionado subgrupo se compõe sobretudo de pessoas cujos pais na juventude também embarcaram e pescaram no alto mar. Assim, pode afirmar-se que se trata de uma tradição profissional herdada da família.

Quanto ao grupo dos jovens ligados às actividades agrícolas cabe lembrar que, na sua maioria, estes não se dedicam exclusivamente à agricultura. Prolifera a prática da agricultura a tempo parcial e muitos jovens que durante uma parte do dia são operários na indústria ou funcionários nos serviços, também num outro momento do dia ou da semana regressam ao trabalho da terra.

Conclusão

Torna-se delicado tirar conclusões de um estudo que ainda não terminou completamente. Contudo, neste momento, desde já se podem fazer algumas afirmações à laia de síntese conclusiva.

Assim, verificou-se que o modelo de família predominante hoje no meio social observado é o da família nuclear constituído por marido esposa e filhos. Existem também casos de famílias monogenitoriais nos quais se salienta a ausência do pai. Foi possível detectar vestígios da família extensa ao nível dos bairros piscatórios e de alguns lugares em determinadas aldeias. Nestes casos, a proximidade das residências das famílias nucleares, os laços de parentesco entre essas famílias e os mecanismos de entre ajuda existentes entre elas reconstituem a família extensa de outrora.

Constatou-se que o modelo tradicional de transmissão de determinados saberes, através da família, ainda não desapareceu completamente em meios sociais até há bem pouco tempo profundamente rurais mas que se encontram hoje em grande mutação pela crescente expansão da urbanização e da cultura que ela engendra. A decadência da produção e dos saberes artesanais pelo aumento da influência da indústria e dos serviços na vida das sociedades é um dos factores a ter em conta quando procuramos explicações para a modificação nos modos de transmissão dos saberes relativos a determinadas actividades.

A escola adquiriu um papel estratégico na transmissão de conhecimentos (gerais e específicos) tidos como essenciais na organização das sociedades contemporâneas. O desenvolvimento da ciência, da técnica e dos modernos meios de comunicação tende a tornar obsoletos determinados processos de produção cujo conhecimento era transmitido de forma directa e personalizada. Os certificados escolares passaram a ter um papel de preponderância na legitimação do saber e da competência profissional.

Porém, verificou-se que em determinados meios que ainda permanecem rurais e/ou piscatórios a reprodução dos saberes relativos à prática de um tipo concreto de agricultura e de um tipo específico de pesca ainda é feita através do grupo doméstico. Nestes meios, a escola e a formação escolar tem um papel importante sobretudo quando se pretende abandonar as actividades agrícolas e piscatórias tradicionais. A educação escolar representa, nestes contextos, uma forma de conseguir a alteração do estatuto social da família e, até, a ascensão social relativamente ao grupo doméstico de origem.

Deve dizer-se que a escola nem sempre consegue agir como um mecanismo capaz de promover a pretendida ascensão social nos estratos menos favorecidos. Na área geográfica estudada, são justamente as crianças dos estratos sociais economicamente menos favorecidos aquelas que encontram maiores dificuldades em alcançar o sucesso escolar. O insucesso escolar destas crianças não lhes faculta o acesso a profissões muito diferentes das dos seus progenitores ou mais prestigiadas do que a dos seus pais pescadores artesanais ou pequenos agricultores.

A expansão e a massificação do próprio ensino escolar, de cunho essencialmente urbano, não contemplam a especificidade cultural, o tipo de organização familiar e os estilos de vida das crianças e dos adolescentes provenientes dos meios sociais nos quais os vestígios da ruralidade ainda estão bem patentes.

Referências Bibliográficas

- Talcott Parsons, "The American Family: Its relations to personality and to the social structure", in: T. Parsons, R. F. Bales e outros, *Family, Socialization and Interaction Process*, The Free Press, New York, 1955 (reimpressão de 1966).
- Talcott Parsons, "A Estrutura Social da Família", in: Ruth Nanda Anshen (coordenação), *A Família: Sua Função e Destino*, Editora Meridiano, Lisboa, 1971.
- M. B. Sussman e Lee Burchinal, "Kin-Family Network", in: *Marriage and Family Living*, 24, 1962
- Chiara Saraceno (tradução portuguesa), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992
- B. Spanier e F. F. Jr. Furstenberg, "Remarriage and Reconstituted Families", in: M. B. Sussman e S. K. Steinmetz, *Handbook of Marriage and the Family*, New York, Plenum Press, 1987.
- Stephen Stoer e Helena C. Araujo, *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da Semi- Periferia Europeia*, Lisboa, Escher
- João Ferreira de Almeida, *Classes Sociais nos Campos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais,
- José Salvado Sampaio, *Portugal, a Educação em Números*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- Jorge Gaspar, "Aspectos Geográficos do Analfabetismo em Portugal", in: M. José de Gusmão e A. J. Gomes Marques (coord.), *Educação de Adultos*, Braga, Universidade do Minho, 1978.
- Henri Mandras, *Sociétés Paysannes. Eléments pour une Théorie de la Paysannerie*, Paris, Armand Colin, 1976.
- José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Porto, Edições Afrontamento, 1985.
- Raul Iturra, *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaios de Antropologia Social Sobre o Insucesso Escolar*, Lisboa, Escher, 1992.

*
- Escola superior de Educação de Viana do Castelo.

[1] Talcott Parsons, "The American Family: Its relations to personality and to the social structure", in: T. Parsons, R. F. Bales e outros, *Family, Socialization and Interaction Process*, The Free Press, New York, 1955 (reimpressão de 1966).

[2] Talcott Parsons, "A Estrutura Social da Família", in: Ruth Nanda Anshen (coordenação), *A Família: Sua Função e Destino*, Editora Meridiano, Lisboa, 1971, pp. 286-289

[3] Refiro-me, por exemplo, ao trabalho de M. B. Sussman e de Lee Burchinal, "Kin-Family Network", in: *Marriage and Family Living*, 24, 1962, pp. 231- 240.

[4] Chiara Saraceno (tradução portuguesa), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 41-42.

- [5] Ibidem, p.42.
- [6] B. Spanier e F. F. Jr. Furstenberg, "Remarriage and Reconstituted Families", in: M. B. Sussman e S. K. Steinmetz, Handbook of Marriage and the Family, New York, Plenum Press, 1987, pp. 419-432.
- [7] Stephen Stoer e Helena C. Araujo, Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da Semi- Periferia Europeia, Lisboa, Escher, 1992, p.16.
- As palavras em itálico citam a obra de João Ferreira de Almeida, Classes Sociais nos Campos, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, p. 19.
- [8] Sobre o declínio das taxas de analfabetismo atendemos sobretudo às seguintes obras:
José Salvado Sampaio, Portugal, a Educação em Números, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
Jorge Gaspar, "Aspectos Geográficos do Analfabetismo em Portugal", in: M. José de Gusmão e A. J. Gomes Marques (coord.), Educação de Adultos, Braga, Universidade do Minho, 1978.
- [9] José Madureira Pinto, Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos, Porto, Edições Afrontamento, 1985, p. 170.
- [10] Referimo-nos, por exemplo, ao modelo apresentado por Henri Mandras na obra Sociétés Paysannes. Eléments pour une Théorie de la Paysannerie, Paris, Armand Colin, 1976.
- [11] José Madureira Pinto, Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos, Porto, Edições Afrontamento, 1985, pp. 170-171.
- [12] Ibidem, p. 173.
- [13] Raul Iturra, Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra. Ensaio de Antropologia Social Sobre o Insucesso Escolar, Lisboa, Escher, 1992, p. 12